

UM DEBATE SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: ALGUNS RESGATES NECESSÁRIOS

Luciana Gonçalves Pereira de Paula¹

Érica Aparecida dos Santos Francisco²

Resumo: Este trabalho apresenta um debate acerca dos Fundamentos do Serviço Social e para isso resgata duas importantes obras: Iamamoto e Carvalho (2014); Netto (2011). A hipótese é a de que há interpretações divergentes em meio a nossa categoria profissional sobre estes Fundamentos. Assim, alguns debates sinalizados são: as diferentes interpretações sobre o que seriam os Fundamentos do Serviço Social e o resgate desses fundamentos nas obras clássicas de nossa área de conhecimento. Este trabalho se realizou a partir de uma revisão bibliográfica e concluiu que a reflexão sobre os Fundamentos do Serviço Social abre a possibilidade de avançar no debate das atribuições e competências profissionais, bem como das requisições institucionais que se apresentam no cotidiano profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Assistente Social; Fundamentos; questão social.

Abstract: This work presents a debate about the Fundamentals of Social Service and for this it rescues two important works: Iamamoto and Carvalho (2014); Netto (2011). The hypothesis is that there are divergent interpretations among our professional category regarding these Fundamentals. Thus, some debates highlighted are: the different interpretations of what the Fundamentals of Social Service would be and the recovery of these fundamentals in the classic works of our area of knowledge. This work was carried out based on a bibliographical review and concluded that reflection on the Fundamentals of Social Service opens up the possibility of advancing the debate on professional duties and competencies, as well as the institutional requirements that arise in everyday professional life.

Keywords: Social Work; Social Worker; Fundamentals; social issues.

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFJF. Doutorado em Serviço Social pela UFRJ. Professora na Faculdade de Serviço Social/UFJF. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS). ORCID: [0000-0002-6744-4234](https://orcid.org/0000-0002-6744-4234). E-mail: luggppaula@gmail.com.

² Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Salgado de Oliveira. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutoranda em Serviço Social pela UFJF. Assistente Social da Universidade Federal de Viçosa. Membro do grupo de estudos da Faculdade de Serviço Social/UFOP: Um estudo sobre a relação entre a incorporação dos fundamentos da profissão, o entendimento acerca das competências e atribuições privativas e as formas de resistência às requisições indevidas pelas assistentes sociais mineiras. ORCID: [0009-0001-6772-5503](https://orcid.org/0009-0001-6772-5503). E-mail: erica_dos_santos_jf@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a realizar um debate acerca dos Fundamentos do Serviço Social tomando por base o resgate de duas das mais importantes obras publicadas, em nossa área de conhecimento, sobre essa temática. As obras em questão são: Yamamoto e Carvalho (2014); Netto (2011). A hipótese defendida neste trabalho é a de que, embora pareça existir um grande consenso em torno do entendimento do que sejam os Fundamentos do Serviço Social, na realidade, há interpretações divergentes em meio a nossa categoria profissional. Existem diferentes compreensões em torno dos Fundamentos do Serviço Social e esse tema, apesar de tão relevante para a própria compreensão da gênese e do desenvolvimento de nossa profissão, nos parece muito pouco debatido entre nós, ainda hoje. Isso se comprova com os apontamentos feitos por Teixeira (2019, p. 21), quando diz que

Ao procurar no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a palavra-chave - Fundamentos do Serviço Social, entre os anos de 1996 a 2018, foram disponibilizadas 24 pesquisas. Dessas, 19 dissertações de mestrado e 05 teses de doutorado; das 05 teses identificadas pelo resumo, percebeu-se que 04 abordavam diretamente os Fundamentos do Serviço Social.

Desse modo, nos parece que o parco debate sobre o tema em questão promove uma falsa sensação de que estaria tudo resolvido quando se trata dos Fundamentos do Serviço Social, encobrindo debates importantes que ainda precisamos realizar. Alguns desses debates serão brevemente sinalizados dentro dos limites deste trabalho. São eles: algumas das diferentes interpretações sobre o que seriam os Fundamentos do Serviço Social e o resgate desses fundamentos nas obras clássicas de nossa área de conhecimento.

Portanto, este trabalho se realizou a partir de uma revisão bibliográfica partindo de publicações significativas do campo do Serviço Social que tratam dos fundamentos desta profissão – entre clássicos e interlocutores contemporâneos que dialogam com tais publicações.

DIFERENTES INTERPRETAÇÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Como sinalizamos na introdução deste trabalho encontramos atualmente diferentes compreensões em torno do que seriam os Fundamentos do Serviço Social. Aqui, por conta dos limites deste trabalho, iremos apresentar três delas e posteriormente desenvolver aquela que nos parece ser a mais assertiva.

Dentre as três diferentes interpretações que mais encontram-se difundidas em meio a nossa categoria profissional, a primeira a ser destacada refere-se à compreensão dos Fundamentos do Serviço Social como sinônimo do conjunto de disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos (FHTM) do Serviço Social. Estes componentes curriculares, muitas vezes apresentados a partir de uma cronologia histórica da profissão, no conjunto de 04 ou 05 semestres, devem tratar dos Fundamentos do Serviço Social, mas não se confundem com eles. Segundo Teixeira (2019, p. 27), o conjunto de disciplinas de FHTM, geralmente, apresenta a discentes “muito mais a historiografia do Serviço Social do que o significado do Serviço Social na produção e reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista”. O autor ainda destaca que esse tipo de organização e concepção de história não coadunam com a perspectiva histórica presente nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996³, ainda que as cronologias sejam didaticamente importantes em determinados momentos do processo de formação (Teixeira, 2019).

Uma segunda interpretação dos Fundamentos do Serviço Social, encontra-se ancorada na compreensão destes enquanto matrizes de pensamento que subsidiam as análises, a formação e a atuação profissional de assistentes sociais. A respeito desta perspectiva encontramos em Yazbek (2018), a afirmação de que os “[...] fundamentos consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre o Serviço Social e a sociedade”. Segundo a autora, realizar análise sobre os Fundamentos do Serviço Social seria perceber a incorporação, pela profissão, de diferentes matrizes fundamentais de conhecimento

³ “A nova proposta curricular apresenta como aspectos centrais: considerar a questão social como foco central da formação profissional; acompanhar os processos que produzem e reproduzem a questão social, ou seja, apreender a dinâmica da vida social sob a ótica da totalidade, identificando suas várias dimensões. Ressalta a necessidade de pesquisar a realidade e a importância de prevenir-se das armadilhas do teorismo, militância e tecnicismo, ou seja, não visualizar os três elementos necessários à formação e à prática profissional de forma isolada, e sim articulada. Propõe organizar os conteúdos na lógica curricular em três núcleos de fundamentação: sobre o ser social, sobre a realidade brasileira e sobre o trabalho profissional” (BRAVO, 2009, p. 697).

do social na sociedade burguesa. Entre essas matrizes, a autora elenca: o pensamento doutrinário; o pensamento conservador; a matriz positivista; o pragmatismo; o estruturalismo; a matriz marxista; a fenomenologia; o pensamento pós-moderno. Nesse sentido, na atualidade, os Fundamentos do Serviço Social se expressariam na abordagem histórico-crítica fundada na teoria social marxiana (Yazbek, 2018).

A terceira interpretação a ser abordada neste trabalho, e aquela que nos parece de fato assentada na perspectiva marxiana, refere-se à compreensão dos Fundamentos do Serviço Social enquanto elementos que fundam esta profissão e, ainda hoje, a tornam necessária. Neste sentido, estamos tratando dos Fundamentos do Serviço Social como fenômenos sócio-históricos, inscritos na realidade concreta, que se desenvolvem e provocam a necessidade de um fazer profissional como o realizado por assistentes sociais. Assim sendo, a única matriz teórica capaz de captar e desvelar esses fundamentos é a marxista.

Portanto, compreender os Fundamentos do Serviço Social significa captar o significado social da profissão, inscrita na divisão social, racial, sexual e técnica do trabalho (Ecurra; Iamamoto, 2020). Para isso, faz-se necessário compreender que as bases de fundamentação do Serviço Social são constituídas por determinações econômicas, políticas, sociais, culturais e ideológicas, contidas na dinâmica concreta da vida social.

Em se tratando do Serviço Social no Brasil é preciso buscar a leitura dos Fundamentos do Serviço Social à luz da matriz teórico-metodológica marxiana, no bojo da particularidade da sociedade capitalista brasileira. E quem inaugura essa análise, em 1982, é Iamamoto em parceria de Carvalho (2014). Os autores, ancorados na perspectiva marxiana, apresentam a compreensão do significado da profissão inscrita no processo de reprodução das relações sociais capitalistas como um tipo de especialização do trabalho coletivo partícipe da divisão social e técnica do trabalho. Buscam desvendar as múltiplas determinações que provocam o surgimento do Serviço Social na sociedade capitalista, no contexto brasileiro, bem como o caráter contraditório do trabalho profissional, ultrapassando a compreensão endógena do Serviço Social voltada para uma análise de seus fundamentos a partir de si mesmo.

Em Iamamoto e Carvalho (2014) encontramos, pela primeira vez, a “questão social” como elemento fundante do Serviço Social. Desse modo, o Serviço Social se institucionaliza e se legitima como uma profissão no processo de desenvolvimento da industrialização e expansão urbana no Brasil - no contexto de constituição da classe trabalhadora e da burguesia

industrial - enquanto um dos recursos acionados pelo Estado e pelo empresariado, com apoio da Igreja católica para o enfrentamento da “questão social”, que se revela como a base de justificação da profissão (Iamamoto; Carvalho, 2014).

A questão social se refere ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Têm sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de suas necessidades vitais (Iamamoto, 2001, p. 16-17).

O adensamento deste debate se faz posteriormente com Netto (2011), por meio das análises que nos revelam que o surgimento do Serviço Social se deu por conta da constituição de um tratamento diferenciado dado às expressões da “questão social” em um determinado momento histórico preciso: a conformação do capitalismo monopolista. Segundo Netto (2001), nos diferentes estágios da ordem capitalista, a “questão social” é produzida compulsoriamente em diversas manifestações. A sua estrutura medular é determinada pela relação capital/trabalho, pelos componentes sociais, políticos, culturais e econômicos constituintes do modo de produção capitalista. O caráter explorador da ordem capitalista é a sua razão de ser e ela opera a partir das contradições e antagonismos que a constituem.

Netto (2001) considera que a “questão social” é indissociável das particularidades nacionais, culturais, geopolíticas, pois são determinantes que a concretiza, além disso, está atrelada a elementos de classe, gênero, etnia, geracionais, que fazem parte da formação sócio-histórica, portanto, não podem ser desconsideradas.

Dessa forma, em nosso entendimento, encontramos em Iamamoto e Carvalho (2014) e Netto (2011) elementos imprescindíveis para o debate e para a compreensão dos Fundamentos do Serviço Social assentados na perspectiva marxiana. Por isso, algumas breves considerações acerca destas obras serão apresentadas no próximo item deste trabalho.

OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NAS ANÁLISES DE IAMAMOTO E NETTO

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), a reprodução das relações sociais não se limita à reprodução da força viva de trabalho e dos meios substanciais de produção; também engloba o processo de trabalho como um todo e a reprodução material de forma ampliada, envolvendo a produção, o consumo, a troca, a circulação e distribuição das mercadorias. Diz respeito à reprodução das relações sociais em sua totalidade no processo social, ou seja, abarcando a reprodução espiritual, as formas de consciência social pelas quais os sujeitos expressam o seu modo de viver no cotidiano, como por exemplo, nos espaços de lazer, na família, no ambiente religioso, ou político, ou escolar, ou profissional etc.

Desse modo, os autores procuram situar o Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais para desvendar os elementos substanciais que trazem implicações sociais e políticas ao exercício profissional de assistentes sociais considerando dois ângulos indissociáveis que se relacionam numa unidade contraditória. O primeiro ângulo diz respeito a realidade vivida e representada na e pela consciência de seus profissionais, que se apresenta no discurso teórico-ideológico acerca do exercício profissional. O segundo refere-se ao exercício profissional em si, enquanto uma atividade determinada pelas condições concretas. A unidade contraditória entre esses ângulos mencionados podem levar a “uma defasagem entre as condições e efeitos sociais objetivos da profissão e as representações que legitimam esse fazer” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 80).

Iamamoto e Carvalho (2014) destacam que as condições que peculiarizam o exercício profissional de assistentes sociais se processam na dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade capitalista em determinados cenários históricos. O exercício profissional de assistentes sociais é, portanto, polarizado pelos interesses distintos das classes sociais antagônicas na sociedade capitalista. Isso significa afirmar que assistentes sociais reproduzem interesses contrapostos ao realizar qualquer atividade em seu cotidiano profissional. Assim, respondem tanto às requisições da classe dominante, quanto às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora por meio de qualquer ação que venham a desenvolver. Nas palavras de Iamamoto e Carvalho (2014, p. 81), a/o profissional “[...] só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto”, pois participa de mecanismos de dominação e exploração ao mesmo tempo em que responde às demandas da classe trabalhadora no movimento do antagonismo posto entre as classes sociais.

A razão de ser desta profissão, portanto, é dada pela contribuição que oferece no jogo da luta de classes na sociabilidade do capital, o que revela o caráter ideológico do seu significado social. Do ponto de vista das requisições da classe dominante, o Serviço Social contribui com o controle político-ideológico e/ou repressivo principalmente por meio do aparato burocrático do Estado, facilitando a criação de mecanismos ideológicos favoráveis a manutenção das relações sociais capitalistas, no sentido de camuflar as tensões que lhe são próprias, como se fossem relações harmônicas e passíveis a uma conciliação.

No entanto, pode também atender às demandas da classe trabalhadora para além do que lhe é imediatamente solicitado. O Serviço Social tem o papel de contribuir na luta de classes por meio da capacidade intelectual de seus agentes, os quais podem utilizar seus conhecimentos para imprimir uma direção social e cultural à sua ação para favorecer a criação de condições de mobilização e de organização política dessa classe, visando contribuir para construção de um novo tipo de sociedade.

Isso significa tomar a “questão social” de fato como fruto de uma contradição posta, que sendo o conjunto das desigualdades engendradas pelo modo de produção capitalista revela também a potencialidade da resistência e da rebeldia da classe trabalhadora. Portanto, assistentes sociais devem buscar construir suas ações não somente para amenizar/minimizar as condições de pobreza e miséria da classe trabalhadora, mas, especialmente, para dar voz a estes segmentos desfavorecidos, para legitimar a sua inconformidade, para identificar seus focos de resistência, para estimular a conformação de consciência crítica, para potencializar a organização e a luta dos trabalhadores.

Em se tratando da “questão social” como Fundamento do Serviço Social, Netto (2001) explicita que esta expressão, ganhou notoriedade na segunda metade do século XIX, passando a ser usada pelo pensamento conservador, na intenção de naturalizar as desigualdades sociais, tornando-as alvo de ações de caráter reformista e moralizador. A intenção era evitar a compreensão de que sua determinação se assentava no modo de produção capitalista, na contradição entre capital/trabalho. O autor sinaliza que a expressão “questão social” surgiu

[...] para dar conta do fenômeno mais evidente [da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização [...] massiva da população trabalhadora constituiu o

aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial [...] (Netto, 2001, p. 42).

Segundo Iamamoto (2001) a “questão social” precisa ser analisada como parte constitutiva das relações capitalistas, ou seja, é indissociável do processo de acumulação de capital e dos impactos que este provoca na classe trabalhadora. É regulada historicamente por meio do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, sua produção/reprodução se dá no marco histórico de uma sociedade historicamente particular, expressando suas especificidades, como também as formas de seu enfrentamento pela classe trabalhadora.

Segundo Marx (2013) lei da acumulação capitalista se configura na órbita do capital e com isso tem-se o avanço dos meios de produção e do desenvolvimento da produtividade do trabalho social, que é mais acelerado que a parcela de trabalhadores produtivos. Com o incremento tecnológico e científico no processo de produção, por parte dos empresários capitalistas, os trabalhadores acabam produzindo mais em menor tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias. Esse processo advém do interesse dos empresários capitalistas em extrair uma quantidade cada vez maior de trabalho de uma parcela cada vez menor de trabalhadores. Além disso, amplia-se a jornada de trabalho e as formas de intensificação da exploração do trabalho (Iamamoto, 2001).

Esse quadro contribui tanto na produção das formas de mais-valor quanto na produção de uma população relativamente supérflua para o regime de acumulação do capital. A população de trabalhadores sempre amplia mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego na dinâmica de valorização do capital. Logo, “gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (Iamamoto, 2001, p. 15).

Conforme Iamamoto (2001), a “questão social” deve ser apreendida numa relação indissociável entre a produção dos bens materiais e a forma econômico-social pela qual é realizada. Desconsiderar essa relação leva a uma compreensão conservadora da mesma. Portanto, é preciso considerar a relação entre trabalho e “questão social” na historicidade das relações sociais do modo de produção capitalista.

Na sociedade capitalista, o “trabalhador livre” depende da venda de sua força de trabalho em troca de um salário quando é determinado pelos empresários capitalistas, ou seja,

precisa de encontrar espaço no mercado de trabalho. Aqui, tem-se “[...] a separação do indivíduo das condições de seu trabalho, monopolizadas sob a forma capitalista de propriedade - enquanto condição histórica dessa forma de organização social da produção [...]”, assim, ele é “[...] excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência” (Iamamoto, 2001, p.16).

Iamamoto (2001) destaca que o pauperismo não deve ser compreendido apenas como resultado da distribuição de renda, mas se refere à própria produção no âmbito das relações entre as classes - a distribuição dos meios de produção - tendo impacto na vida concreta dos sujeitos sociais, os quais apresentam necessidades de aspecto material, espiritual, cultural, intelectual e moral, atingindo a totalidade da vida.

Nesse sentido, a “questão social” está inscrita na dinamicidade das relações sociais capitalistas e se reformula sob outros elementos e condições sócio-históricas de sua produção/reprodução na órbita do capital. As expressões da “questão social” se modificam em razão das configurações das transformações societárias, da política, da cultura, das particularidades territoriais, dos aspectos étnico-raciais, das relações de gênero, das disputas ambientais e das lutas sociais, que lhe atribuem uma redefinição. Tais expressões alteram-se, mas sem extinguir sua natureza no processo de exploração do trabalho e nas respostas do Estado sob égide capitalista, fazendo com que o Serviço Social permaneça necessário.

Encontram-se, portanto em Iamamoto e Carvalho (2014) as primeiras formulações ancoradas em uma perspectiva marxiana, sobre os Fundamentos do Serviço Social. Mas, essas formulações foram sendo adensadas ao longo do tempo e temos em Netto (2011) importantes reflexões sobre o tema.

De acordo com Netto (2011), o momento designado de capitalismo monopolista foi responsável por uma significativa redefinição das funções do Estado, provocando a constituição de um processo de construção e legitimação políticas sociais. Esse processo ocorreu através de uma dinâmica democrática que foi mundialmente tensionada a, por um lado contemplar algumas demandas dos trabalhadores, e por outro, favorecer os interesses de maximização dos lucros do capital.

Nestas condições, as demandas da população e dos trabalhadores passam a ser parcialmente atendidas e refuncionalizadas para dinamizar os superlucros da ordem

monopólica. Esse processo foi tensionado por conflitos e contradições em escala global. A necessidade de legitimação do Estado encontrou saída na consolidação de políticas voltadas a classe trabalhadora, num jogo das forças políticas. Por meio dessas condições as expressões da “questão social” passaram a ser objeto de intervenção por parte do Estado, sendo foco das políticas sociais (Netto, 2011). Assim, Netto (2011) afirma que a origem do Serviço Social deve ser compreendida nesse período monopolista do capital, especificamente, quando as expressões da “questão social” se expandem e o Estado passa a intervir enquanto instrumento de controle da mesma, possibilitando alavancar o modo de produção capitalista.

Para o autor, a profissão surge vinculada a ordem monopólica, tendo esse momento histórico como seu fundamento. Assim, o Serviço Social torna-se necessário mediante aos fatores sócio-históricos que estão postos na realidade. Nesse processo de legitimação e profissionalização da categoria, seus agentes são chamados a atuarem frente às expressões da “questão social” e na execução das políticas sociais na esfera do Estado.

Netto (2011) salienta que só é possível pensar em política social pública na sociedade burguesa a partir do surgimento do capitalismo monopolista. A funcionalidade da política social é fruto das lutas de classes. E essa funcionalidade se constitui de forma fragmentada, expressando em diversas políticas sociais o controle da força de trabalho, por meio da regulamentação das relações entre capitalistas/trabalhadores.

As políticas sociais são implementadas como respostas institucionalizadas frente às expressões da “questão social”, que são recortadas como problemáticas sociais, como o desemprego, a fome, a falta de habitação, a ausência de escola, o não acesso aos serviços de saúde etc., para assegurar o funcionamento da ordem monopólica. É no âmbito político que as políticas sociais são operacionalizadas, enquanto instrumentos de apoio à ordem sócio-política, oferecendo “[...] um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado como ‘social’, como mediador de interesses conflitantes” (Netto, 2011, p. 31).

Portanto, as bases de fundação da profissão estão atreladas aos processos sócio-históricos que estão postos na realidade. Conforme Netto (2011, p. 73-74), o Serviço Social se funda “[...] indivorciável da ordem monopólica”, pois os profissionais passaram a ser chamados para a operacionalização das políticas sociais, e a profissão encontrou sua funcionalidade na divisão social e técnica do trabalho. Assim, o processo de profissionalização do Serviço Social não está relacionado à “evolução da ajuda ou da caridade”, nem à “racionalização da

filantropia”, mas refere-se à inserção do profissional de Serviço Social no mercado de trabalho em uma sociedade regida pela lógica do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre os Fundamentos do Serviço Social, mediante as reflexões anteriormente sinalizadas neste trabalho, nos parece imprescindível para a compreensão do significado social desta profissão na atualidade. Portanto, estudar os Fundamentos do Serviço Social não significa apenas visitar o seu passado ou conhecer a sua história; nem tão pouco elencar as matrizes de pensamento que já serviram a assistentes sociais na busca pela compreensão da realidade social. O estudo sobre os Fundamentos do Serviço Social deve nos levar para a apreensão do significado social do nosso fazer profissional. E este, por sua vez, deve ser analisado no processo de reprodução das relações sociais considerando as especificidades das condições e relações de trabalho nos distintos espaços institucionais, os quais estabelecem requisições ao exercício profissional de assistentes sociais.

Os empregadores, em grande parte, detêm os meios, instrumentos de trabalho; recurso humanos e financeiros; definem as necessidades sociais que devem ser respondidas por assistentes sociais; estipulam o conteúdo sobre o qual incide esse trabalho; recortam as expressões da “questão social”; determinam as condições de operacionalização das ações; definem os índices e metas de produtividade; estabelecem a intensidade do trabalho; e impõem as exigências trabalhistas. Assim, é nesta condição de trabalhador assalariado que assistentes sociais se vinculam ao conjunto da classe trabalhadora (Iamamoto, 2011).

A condição de assalariamento é uma determinação importante para analisar o significado social do Serviço Social na sociedade capitalista, pois localiza assistentes sociais como trabalhadores que precisam vender a sua força de trabalho ao empregador em troca do salário, que é necessário para sua sobrevivência. Essa condição de assalariamento é regulamentada por um contrato de trabalho, que vai se desdobrar em uma série de condições alienantes próprias do modo de produção capitalista e de seu processo de reprodução. Atesta, portanto, o exercício profissional de assistentes sociais inscrito no reino do valor na sociedade do capital, perpassado pelas mesmas condições, relações de trabalho e dilemas - com suas particularidades - que afetam o conjunto de trabalhadores (Iamamoto, 2011).

É neste contexto de tensões e contradições marcadas pelas condições e relações de trabalho que se situa a relativa autonomia na condução do exercício profissional de assistentes sociais. Essa relativa autonomia é tensionada pelos empregadores com relação às funções e atribuições, às requisições, ao contrato de trabalho, às regulamentações referentes à organização do trabalho, à padronização das políticas sociais, ao incremento tecnológico, entre outras. Dessa forma, os empregadores impõem as condições que interferem na operacionalização da ação, como também “[...] condicionam a possibilidade de resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos” (Iamamoto, 2011, p. 219).

Por outro lado, a relativa autonomia apresenta a possibilidade de expressar uma direção social ao exercício profissional. A forma de construir o seu trabalho e modo de conduzi-lo decorrem da relativa autonomia que assistentes sociais dispõem, sendo estes corresponsáveis pelos rumos de suas atividades. Isso significa que, assistentes sociais podem se restringir ao atendimento das requisições do empregador ou buscar ir além e propor a construção de estratégias e táticas em uma direção alternativa àquela estabelecida pela lógica dominante em nossa sociedade. Mas, este movimento requer esforços de aproximação junto à nossa categoria profissional, ao projeto ético-político ainda hegemônico no Serviço Social e com outros possíveis parceiros, como profissionais de outras áreas e movimentos sociais ou populares.

Desse modo, a reflexão sobre os Fundamentos do Serviço Social nos leva a compreensão de nossa condição assalariada e, portanto, à percepção dos limites postos à nossa atuação profissional como partícipe na divisão social, sexual, racial e técnica do trabalho. Resgatar a leitura dos Fundamentos do Serviço Social por meio da tradição marxista incorpora avanços tanto do ponto de vista da compreensão da profissão em sua processualidade histórica, quanto em sua interpretação na atualidade, considerando a articulação dos nexos causais dados na sociabilidade do capital. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de avançar no debate das atribuições e competências profissionais calcadas nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, a partir do conhecimento e enfrentamento das requisições institucionais que se apresentam no cotidiano profissional no tempo presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAVO, M. I. S. **O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro.** In: Serviço Social e Sociedade, nº 100. São Paulo: Cortez, 2009.

ESCURRA, M. F e IAMAMOTO. M. V. *Serviço Social e trabalho da (o) assistente social: revisitando o debate histórico-critico.* In: MELO, A, I, S. C; CARDOSO, I. C. e FORTI, L; V. (Orgs) Trabalho, Reprodução Social e Serviço Social: desafios e utopias. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo.** In: Revista Temporalis, Brasília, n. 3, p. 9- 32, jan./jun. 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41 ed. CELATS, São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo. Boitempo, 2013.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8 ed. Cortez Editora, São Paulo: 2011.

_____. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”.** In: Revista Temporalis, Brasília, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2001.

TEIXEIRA. R. J. **Fundamentos do Serviço Social:** uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ, 2019.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social.** In: GUERRA, et al. Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas-SP, Papel Social, 2018.